

Assunto: <i>Unidade de Saúde de Gueifães</i>
Id. de Emenda: <i>1203</i>
Classificação: <i>05.01.03</i>
Data: <i>04.02.12</i>



REQUERIMENTO Nº 862 / IX  
 2004.02.12  
*[Handwritten signature]*

**REQUERIMENTO Nº862 /IX (2a) - AC**

**12 de Fevereiro de 2004**

*Apresentado Por: Deputada Paula Cristina Duarte*

*Assunto: Unidade de Saúde de Gueifães*

O sector da saúde é um dos sectores mais atingidos pela política deste Governo. Os cortes cegos têm como consequência a paralisia se não mesmo o colapso de vários organismos e serviços públicos.

A Unidade de Saúde de Gueifães é bem esse exemplo.

É do conhecimento público que existe uma ruptura nos serviços administrativos na unidade de saúde de Gueifães. A população está apreensiva porque o risco de fechar é colocado a qualquer momento.

A Junta de Freguesia de Gueifães, empenhada em resolver o problema, reuniu com a Senhora Directora da Unidade de Saúde da Maia. Deste encontro, resultou que a única alternativa para resolver o problema seria a rotatividade dos funcionários pelas unidades de saúde do concelho, o que levaria ao não encerramento, mas à redução de horário de abertura ao público.

Perante esta situação absurda a Junta de Freguesia, substituindo-se ao Ministério da Saúde, tentou resolver o problema elaborando um protocolo com o Centro de Emprego da Maia, pagando do seu próprio orçamento a uma funcionária para evitar o encerramento da Unidade de Saúde de Gueifães.

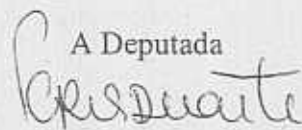
Anexo um conjunto de assinaturas que chama a atenção da Administração Regional de Saúde do Norte para este problema.

Ao abrigo das normas constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Ministério da saúde as seguintes informações:

*[Handwritten signature]*  
 04.02.2004  
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
 a Daplen  
 04.02.12  
*[Handwritten signature]*

1. Como é possível chegar a esta situação de ruptura em que os mais elementares direito de cidadania são colocados em causa? Tem o Ministério da saúde conhecimento do problema? Em caso afirmativo, o que pensa o Ministério quanto ao futuro desta Unidade de saúde?
2. Entende o Ministério da Saúde que a Junta de Freguesia se deve substituir às responsabilidades governamentais?
3. Quanto à legalidade da funcionária colocada pela Junta naquela Unidade de Saúde, o que pensa o Ministério?
4. Para quando a resolução deste problema, nesta Unidade de Saúde que afecta dia-a-dia e de uma forma directa a população de Gueifães.
5. Qual a posição da Administração Regional de Saúde do Norte perante esta situação?

A Deputada  
  
Paula Cristina Duarte